

O HOMEM E A POIESIS*

Manuel Antônio de CASTRO**

Resumo: No conto “Nada e a nossa condição”, de Guimarães Rosa, há uma unidade profunda entre a versão lingüística e a manifestação e realização ontológica, bem como um percurso de uma canção musical, tecida a partir da sonoridade do silêncio. A imagem do horizonte vertical e horizontal ocupa um lugar central no conto, pois indica a liminaridade da condição humana e a própria abertura ontológica para o ser.

Palavras-chave: *poiesis*; ontologia; *ethos*; agir.

Résumé : Dans le conte « Rien et notre condition », de Guimaraes Rosa, on trouve une unité profonde entre la version linguistique et la manifestation et la réalisation ontologique, ainsi qu’un parcours d’une chanson musicale, tissée à partir de la sonorité du silence. L’image de l’horizon vertical et horizontal occupe une place centrale dans le conte, puisqu’elle indique l’aspect liminaire de la condition humaine et l’ouverture ontologique vers l’être.

Mots-clés : *poièsis* ; ontologie ; *ethos* ; agir.

“Vai-se falar da vida de um homem; de cuja morte, portanto”
(Rosa: 1967 a: 81)

I. O CONTO

O enredo do conto “Nada e a nossa condição”, de *Primeiras estórias* (Rosa, 1967) , é extremamente simples. Mas é um texto poético denso, múltiplo e profundo, daí a dificuldade de estabelecer um roteiro de diálogo interpretativo. Todo ele está muito bem urdido e estruturado em camadas circulares, gerando interseções verticais e horizontais. E a unidade profunda entre a versão lingüística e a manifestação e realização ontológica e dá como um percurso de uma canção musical, porque tecida a partir da sonoridade do silêncio. Aliás a imagem do horizonte vertical e horizontal ocupa um lugar central no conto, pois indica a liminaridade da condição humana e a própria abertura ontológica para o ser. A circularidade se constitui num amplo leque de pares tensionais, onde se abandona e ultrapassa qualquer dicotomia metafísica. Comentar todos esses aspectos e

* Interpretação do conto: “*Nada e a nossa condição*”, de **Guimarães Rosa**.

** Titular de Poética – Faculdade de Letras – UFRJ. www.travessiapoetica.com

possibilidades é impossível, pois Rosa ainda usa largamente de paradoxos e imagens-questões. A mais forte e central é, sem dúvida, a **Casa**. O presente diálogo interpretativo escolheu seis núcleos temáticos em torno dos quais se geram e giram as principais questões que dizem respeito ao **nada e à nossa condição**. Uma tal proposta de leitura apenas quer sugerir e provocar novos diálogos poéticos por parte do leitor. E de maneira alguma pretende dar conta de toda a riqueza poética e do prazer e sedução que o conto oferece e da provocação ao pensamento que ele suscita.

Rosa, em seu conto, vem trazer poeticamente novas dimensões e desdobramentos das questões tematizadas ao longo do ensaio. O leitor pode facilmente constatar isso fazendo uma comparação com o mito, a metafísica e o pensamento originário. A maior dificuldade para o leitor acompanhar a presente exposição e até se abrir para o pensamento poético inaugural de Rosa está no milenar jargão metafísico.

II. O ENREDO

O personagem central é Tio Man'Antônio. Silencioso, limita-se a dizer umas poucas palavras. Todo o desenrolar fica por conta do narrador, que se apresenta como parente ao evocá-lo como Tio. Sua mulher se chama Liduína. Tem três filhas. Moram na fazenda Torto-Alto. A Casa sede da fazenda assobradada ocupa um lugar central no conto pelo seu sentido ontológico. Tia Liduína morre e ocasiona uma transformação grande em Tio Man'Antônio diante da morte da mulher amada. E concebe um plano. Convoca os empregados para preparar a expansão dos pastos da fazenda. E aumenta o rebanho. O preço do gado sobe e ele ganha muito dinheiro. Depois, no dia da morte da esposa institui uma festa (Rosa procura experienciar em tudo a alegria). As três filhas casam e vão embora. Então ele começa a distribuir as terras entre os camaradas, como prosseguimento do plano, ficando só com a Casa, num processo de despojamento de tudo até chegar ao **nada**, ao **vazio**. Vivendo na solidão, um dia morre. Mas na noite do velório a Casa incendeia-se por si. O incêndio o consome, dura vários dias até incendiar a montanha em que ela estava construída. As cinzas voltam aos poucos à Terra. E assim se cumpriu o destino de Tio Man'Antônio, homem extraordinário, de uma presença excepcional e de uma excelência que o torna personagem semelhante a um rei ou príncipe de contos de fada.

III. O TÍTULO E AS GRANDES QUESTÕES

As grandes questões que o conto evoca, compõe e dispõe, elaboradas poeticamente, já estão enunciadas no título. Mas elas só se manifestam em toda a sua densidade depois de feito o percurso do conto. O título abrange todo o âmbito em que se dá a enigmática existência do ser humano. Esta consta de três questões, como o título o diz: 1ª. Nada; 2ª. Nossa condição; 3ª. O “E” que une a primeira à terceira questão. A primeira, o Nada, precede e sucede à terceira. Esta, a nossa condição, se dá “entre” o nada que a precede e o nada que a sucede. Tal como no Mito de Midas. Evidentemente, o nada que a sucede

diz respeito à morte. Contudo, não se pode tomar essa morte dentro do jargão metafísico, ou seja, o fim biológico da vida. E é então que entra o enigmático “E”. Esse “E” não indica, como a gramática surda à Linguagem o quer classificar, uma simples adição ou uma simples coordenação.

Na medida em que a “nossa condição” implica um percurso, um transitar, uma travessia, esta tem uma tensão permanente com o Nada. O “E” remete para essa tensão. A nossa condição se manifesta em três instâncias. No percurso que implica a vida de cada um. Na tensão entre o percurso da vida, o sentido do agir dentro dele e a contínua referência ao Nada. Não há aí uma sucessão, mas um círculo ontológico. Neste circular se manifesta o Destino que toda condição humana pressupõe. Mas esse destino só pode ser apreendido na tensão entre o que cada um é e o Nada. Por aí já vemos toda a complexidade e enigmática densidade que o “e” exerce. A sua classificação gramatical em vez de manifestar o que ele é, acaba por ocultar todo o seu vigor como Linguagem. Se nos prendermos a esse “e” como mera adição ou coordenação estará silenciada e velada toda a densa referência entre o “Nada e a nossa condição”.

Concretamente, o que é em si evidente é a nossa condição, e não poderia ser de outra maneira, pois é o dado e viver imediato. Contudo, os animais também vivem e não se colocam a questão do viver como Nada e a nossa condição, como morte. No entanto, não se trata de fazer da nossa condição um percurso biológico, linear e superficial, reduzido ao biológico de todo ser vivo (até porque só podemos falar do biológico porque somos mais do que o biológico), mas de surpreendermos na concretude ético-poética de nosso percurso, a sua tensão de sentido advinda com o pensar e a reflexão em torno do horizonte em que esse percurso se dá e do qual, em última instância, recebe o sentido, o sentido, afinal, da essência do agir. A aparente horizontalidade biográfica se densifica no entrecruzar-se com a verticalidade ontológica. Esse entre-cruzar-se de horizontes tem seus limites no ilimitado: o Nada. Mas este não é lido no jargão metafísico como o vazio e o niilismo da vida. Pelo contrário. O Nada aparece no conto como Morte, ou seja, a nossa condição é de sermos mortais. Mas esse mortal vai ter no conto um tratamento fundamental e ocupá-lo praticamente como um todo, porque vai ser visto na referência estabelecida pelo “e”. O conto trata, no fundo, do ser humano como ser mortal. Mas em vez de fazer um lamento metafísico, se desdobra numa reflexão profunda sobre o sentido do agir, como os pensadores originários o fizeram. Tal agir diz do percurso da nossa condição enquanto caminhada concreta e inevitável para a morte. Mas onde a morte recebe o seu sentido pelo sentido ético-poético do agir. Em vez de uma oposição – fácil e superficial – entre vida e morte, o conto vai pensar um círculo ontológico, onde o que se é no percurso e travessia se dá “entre” o ter vida e o ter da vida, e o ser vida e o ser da vida. O ser da vida, dimensionado pela morte, como o ser tanto mais quanto menos tem em vida, para ser o que tem, faz comparecer circularmente a vida como um caminhar para o Nada-Morte como a plenificação do que é no ser pelo que deixou de ter enquanto ente, por ter mais: o ser do que é. O nada e a morte são então redimensionados pelo Ser e não pelo ter ou não ter.

É, pois, uma reflexão profunda sobre **physis/dzoé** e nada, ou melhor e mais adequadamente, sobre: desvelamento e velamento enquanto **physis/dzoé E poiesis/ethos**, podendo então ser lido: nada, vida, nada. Na dinâmica desse círculo comparece o enigmático “e” e o pronome possessivo adjetivo “nossa”. Trata o conto do personagem “Man’Antônio”. Contudo, o “nosso” do título diz claramente que o percurso do personagem coloca as questões essenciais que dizem respeito a todos nós. Isso é confirmado no conto, quando na linha 53 diz: “... **estamos** ...” o narrador usa intencionalmente a primeira pessoa do plural¹.

A grande questão do conto é a essência **ético-poética do agir**. Que sentido têm nossas ações? Para que nos empenhamos em nossos empenhos e desempenhos? Ou seja, qual é o Penhor de todo agir? E aí vai ocorrer algo absolutamente original no conto? As ações estão para a vida como o sentido das ações estão para o Nada. Nesse paradoxo, quanto mais afirma a vida tanto mais tende para o Nada. E surge o paradoxo maior: será tanto mais vida quanto mais fizer do agir um não-agir. É o paradoxo de Sileno no Mito de Midas. O não-agir não aparece como algo negativo, mas como a plenitude do agir, do ser, do realizar-se, onde ser é ter o não-ter. Quando o Nada do não-ter e do não-agir se plenifica e é, então é que se dá a morte. A morte não é, dá-se. E ela surge no momento da mais profunda solidão – condição de todos nós – mas transfigurada pela **proximidade** do que é: **Nada**, porque deixou de ser ente. Este Nada como consumação se dá – no conto – de uma maneira absolutamente original: na consumação máxima pelo fogo que tudo consome e consoma num adejar iluminante da montanha sobre as asas da libertação, no aberto do Céu. E no que desse consumir e consumir “restam”: as cinzas, que retornam à mãe Terra, porque a **physis** sempre ama recolher-se no velar-se. Céu e Terra se integram através do mesmo “e” que une o título do conto, e, realizado o percurso, realiza-se o Destino, o nosso destino, como Rosa conclui o conto: “Ele - que como no Destinado se convertera – Man’Antônio, meu Tio” (l.328). Certamente, o enigmático “e” do título é o abismo abismal no qual desde sempre já nos movemos. Nisso consiste o destino.

Quando Rosa faz do Destino o percurso da nossa condição, como a travessia transitoriante entre a vida e o Nada como Não-agir, ele concretiza a mais profunda reflexão não só sobre a essência do ser humano, mas também sobre a própria literatura e linguagem, isto é, sobre a **poiesis** como **ethos**. Pois a **poiesis** é a essência do agir no aberto dinâmico do **ethos**. E quando a essência do agir, a **poiesis**, é o não-agir, então a Linguagem ético-poética é a fala do silêncio. E a fala do silêncio é sempre música, a música do silêncio. A nossa condição é uma canção, como ele o afirma no conto, uma canção viva do silêncio, do Nada enquanto música e sentido do que somos. Do Destino, do enigmático “e”, o Destino.

¹ Para facilitar o acompanhamento das citações, numeramos as linhas do conto e assim serão sempre indicadas, sendo usada a edição citada.

Estas são as grandes questões do conto. Cabe agora acompanhá-las em seu desdobramento e realização poética. Estabeleçamos, pois, um diálogo poético-interpretativo de escuta.

A narrativa é circular. Este circular diz respeito ao tempo. Trata-se do tempo originário e como tal diz respeito ao “**arché**” grego, depois traduzido para o latim como **princípio**. Deste se forma a palavra príncipe. Mas esta palavra já diz da presença de uma das palavras mais importantes do mito ligado à Moira: **genos**. O príncipe é o princípio do **genos**. Daí a referência na linha três a “velho rei” ou “príncipe mais moço”. Ocorre que a formulação verbal narrativa enuncia um tempo passado “ter sido” em junção como um futuro “nas futuras estórias de fadas” (l.4). Mas o importante aí é o verbo da enunciação: “podia”. Este pretérito imperfeito se dá na dimensão da possibilidade, algo inerente ao **genos**. Esse tempo verbal como possibilidade será o centro do fazer do conto, enunciado como “**faz de conta**”. O **genos** já vem enunciado no começo do conto: “Na minha família, em minha terra” (l.1). Não há **genos** sem família, não há família sem **genos**. Por outro lado, já está enunciada aí também a outra dimensão de qualquer **genos**: a **Terra**. **Genos: família, terra, princípio, príncipe**. Só por ser **genos** e **princípio** é que pode enunciar o paradoxo “futuras estórias de fadas” (l.3). Todos sabemos que “estórias de fadas” se passam num tempo não historiográfico. Não que sejam atemporais (o atemporal não existe), mas no tempo que é o próprio destino como **genos**. As narrativas das estórias de fadas começam com o tempo “era uma vez”.

E se o primordial ainda ultrapassasse todo o posterior, e o mais primordial ultrapassasse, de maneira mais ampla, o mais tardio? O “era uma vez” dos primórdios do destino adviria então como o “uma vez” do último (eschaton), isto é, para o decurso do destino do ser até agora velado (Heidegger, 1978: 22).

Mas o que sempre se vela e sempre permanece velado não é a **phisis/ser**?

O que significa “fada”? “Mulher dada à arte da magia ou às más artes. Que lê no livro dos destinos, profetiza os destinos e pode por suas artes influir nele e com eles faz obras maravilhosas de encantamento” (Silva, 1813: 4). A ligação de fada com príncipe como destino é, pois, o pano de fundo em que Rosa tece a reflexão e a sua **poiesis** em torno do Nada e da nossa condição. Como tempo do destino se dá num “podia”. Por isso, quando no decorrer do conto se indaga por algo em torno do qual se constrói cada um de nós e o próprio real, toma como tempo real e principal o “**Faz de conta**”, inerente a toda **poiesis** dos contos de fadas, ou seja, o tempo do destino.

A escolha do tempo do destino para tecer, poeticamente, Nada e a nossa condição se completa no decorrer da narrativa com o imperfeito do subjuntivo. Não podemos separar desta escolha a questão central do conto para o destino do ser humano: a essência do agir poético e ético. No conto, é impossível separar, gramaticalmente: tempo, verbo, linguagem, ação. A gramática não tem ouvidos para o ontológico, só para o lógico-formal. Eles configuram o destino, o nosso destino, a nossa condição. E aí

podemos reunir ficção e realidade, sem distingui-las do ponto de vista do destino, nas duas palavras que numa análise desmemoriada do destino as separa: estória e história. A história, queira ou não uma razão sem **poiesis** e **ethos**, é estória de fadas. Daí a insistência também na forma dos contos de fadas que, na realidade, estrutura essencial e poeticamente nosso agir: “**Faz de conta**”. Disto decorre a opção necessária pelo imperfeito do subjuntivo na construção narrativa.

O começo do conto, referido ao destino, é este confirmado pelo final, quando diz: “Ele – que como que no Destinado se convertera – Man’Antônio, meu Tio” (l.328). Na realidade, nossa condição é uma e sempre a mesma: realizar o **mesmo é nosso destino**. E para completar esta presença do Destino, a escolha do nome do personagem: Man’Antônio. Man’ é abreviatura de Manuel ou Emmanuel, **Deus conosco**. E Antônio significa: **homem**. Destino é isso: o homem dimensionado poética e eticamente pelo **sagrado**.

IV. A CASA E O SER

Toda força não apenas simbólica – porque não se trata disso apenas – mas essencialmente ontológica da *Casa* só se percebe quando no final do conto ele morre e o narrador passa a se referir à *Casa* com letra maiúscula e também com o incêndio misterioso que ocorre e o consome junto. Alertados por esses dois aspectos, voltamos ao início do conto e então começamos a entender todo o significado da *Casa*. A primeira referência é propriamente à fazenda. Ocorre que não temos aí uma separação em três instâncias: a) a fazenda; b) a Casa; c) o fazendeiro. Não. Eles formam um único ser e isso é fundamental para a visão que Rosa tem do ser humano e da sua condição. É o que o narrador diz:

Essa fazenda Tio Man’Antônio tivera-a menos por herança que por compra; e tão apartado em si se conduzia ele, individual e esquivo na conversa, que jamais quase se referisse pelo nome, mas, raro e apenas, sobmaneira: -
 “... **Lá em casa ... Vou para casa...**” (ls.9-13).

A fazenda, embora ele a tivesse comprado, não significa um bem como uma posse, não significa um ter. Isso ficará mais claro no decorrer do diálogo interpretativo. A fazenda como *Casa* diz respeito ao ser dele. Nossa condição é sermos na travessia poética, palavra que ele não usa no conto, mas outra mais explícita: “ – Transitoriador” (l. 292), “o transitório” (l.105). A posse, o ter é, pois, aparente. Isso não nega nem pode negar o sermos um com a Terra para fazer parte da nossa transfiguração pelo agir. Daí a atitude tensional do Tio, como está enunciado: De um lado se conduzia, no que ele era em si, “apartado”, mas, por outro, “individual”. Para Rosa, a separação dominante no jargão metafísico entre material e espiritual, ou entre interior e exterior, entre ter e ser, é impensável, por isso completa que ele era “esquivo na conversa”. Nestas três atitudes, não se refere à fazenda pelo nome, mais adiante denominada Torto-Alto (l.241), mas diz simplesmente “**Lá em casa ... Vou para casa...**” (l.13). Se ele é “transitoriador”, está

indo para onde? Ele o diz: “**Vou para casa...**”. Aí a palavra Casa tem, pois, um duplo significado, mas que se completam. É o que fica claro no final do conto, quando passa a se referir à *Casa* com letra maiúscula. O que esta maiúscula significa se dá em dois momentos: a) No decorrer do conto, como caminho que ele percorre; b) No que acontece no final com ele e com a *Casa*, formando um ente só, que deixa de ser ente e configura seu ser. Isso mostra que Rosa faz da Casa uma imagem-questão ligada ao *ser*, ligada à nossa condição de sermos “transitoriadores”. Mas transitamos para a Casa para *sermos*. O que isso significa mais profundamente será visto em duas instâncias. No decorrer desta interpretação através do outro tópico (agir). Porém, há o outro que precisa já ser dito. E está ligado à essência do agir, isto é, à *poiesis*.

Na *Carta sobre o humanismo*, Heidegger diz que a essência do agir consiste em consumir, mas só pode ser consumado o que já é. “Ora, o que é, antes de tudo, é o Ser” (Heidegger, 1967: 24). Esse é o itinerário de Tio Man’Antônio. Como *poiesis* o Ser se torna Linguagem. “A Linguagem é a *Casa* do Ser. Em sua habitação, mora o homem. Os pensadores e poetas lhe servem de vigias” (Heidegger, 1967: 24). O ser humano mora originariamente na Linguagem, que é a Casa do Ser. Por isso, Tio Man’Antônio só por morar já na Casa-Linguagem do Ser é que pode dizer “**Vou para casa...**”. Quando se trata de ser o que somos, nosso trânsito é voltar à Casa, porque como seres da Linguagem, já moramos nela, daí dizer: “**Lá em casa...**” A essência do agir é consumir o que é, mas somos essencialmente *logos-Linguagem* e esta é a Casa do Ser. Voltar à Casa é a ação pela qual, como entes do Ser, voltamos para o Ser. Que tensão radical se dá aí? Ente / Ser. Tudo consiste em como ente – pelo agir – ser o ser que somos como diferença do Ser. É o que Tio Man’Antônio faz. No final do conto, já morto, se acha em Casa: “na maior sala da Casa, já requiescente” (l. 304). Notar aqui o emprego do verbo *requiescere*, descansar, entrar na quietude plena do agir. E como tal indica o não-agir, mas não por falta de ação, mas por plenitude. O uso intencional da maiúscula na palavra Casa adquire todo o seu significado poético quanto “à noitinha incendiou-se de repente a Casa, que desaparecia” (ls.308/309). Na Casa do Ser, no Nada, con-sumado, irrompe o fogo que quase tudo consumirá. Que fogo é este? Por que o Nada da morte se transfigura no e pelo fogo? Como o ente-língua no vigor e plenitude da *poiesis* se conserva e realiza como Ser-Casa-Linguagem?

V. O TEMPO E O “TRANSITÓRIO”

Rosa ao tematizar a Nossa condição como Nada se volta para o tempo. Mas trata-se do tempo ontológico. Somos seres temporais. Isto soa banal. Na realidade, não sabemos o que é o tempo. O que nos é dado de imediato é o que somos, mas como entes não somos o ser. Contudo, este ser não é algo abstrato e distante que depois da vida acharemos, até porque só podemos achar o que já somos. O ser é o que há de mais concreto, real e próximo, tão próximo que o esquecemos para trocá-lo pelo que temos como posse ou podemos nos apossar. E aí confundimos ter e posses com ser. A questão não é negar o ter, mas sermos o que temos. E esquecemos que somos transitórios, onde o ter se esvaece necessariamente. O transitório-tempo, na essência do agir, se mostra ambíguo e

de dupla face. Em relação aos entes e em relação ao ser. Porém, não se pode criar uma dicotomia. Com respeito aos entes, a posse é transitória, aparente e passageira, e aparente a vontade e desejo do sujeito-humano, e aparente o agir. É o que Midas comprovou. Daí a constatação de que o tempo é o que passa na e com as posses. Mas não será porque um tal tempo e uma tal posse é de entes? Mas há uma outra posse, um outro agir, um outro tempo: ser o que se é, ser. Isso consiste – como diz Tio Man'Antônio – em voltar para Casa. Contudo, esse voltar não é deslocamento, mas eclosão ontológica. E aí o “transitoriador” “transitório” assume um outro sentido. É o sentido do Nada da nossa condição, a condição de entes do Ser. Nisso consiste o nosso Destino. Esse sentido máximo nos ocorre quando nos defrontamos com o Nada da nossa condição: a Morte. Mas esta só pode ocorrer porque já somos entes vivos e só então a podemos experimentar como morte, não que um dia vá acontecer. Se viemos do Nada e transitoriamos para o Nada, essa é a nossa condição. A essência do agir é manifestar o Nada como Ser do ente, porque a ambigüidade do Ser/Nada se dá na medida em que o Ser não é, pois se fosse, seria ente. Mas, por outro lado, “o que é, antes de tudo, é o Ser” (Heidegger, 1967: 24). Nessa ambigüidade se coloca a questão do *sentido do Ser* que já desde sempre se faz presente em nós, como Linguagem-**logos**, a Casa do Ser, onde originariamente moramos. Neste sentido, o tempo como questão ontológica é essencial para a nossa condição.

Tal questão abre o conto, quando diz do ser humano – Man'Antônio – “que podia ter sido o velho rei ou o príncipe mais moço, nas futuras estórias de fadas” (ls. 2-4). Trata-se já do tempo originário, onde o passado e o futuro são o **mesmo**. Note-se que não compara a excelência e presença excepcional de Tio Man'Antônio, pois o narrador, circularmente, já fala a partir do fim de Man'Antônio, a um personagem das imemoráveis estórias de fadas. No nosso tempo “histórico” podia ter sido (passado) personagem príncipe/al de futuras estórias de fadas. Na eliminação do tempo “histórico” faz viger o tempo originário, em que as “estórias de fadas” se movem. Mas a questão do tempo ontológico se faz presente de uma maneira bem explícita. Sempre referido à Casa, diz de Tio Man'Antônio, “... para entrar, como se a elevada porta fosse acanhada e alheia, convidadamente, aos bons abrigos. Vivia, feito tenção. Assim, a respeito dele, muito real coisa ninguém sabia” (ls.28-30). O viver dele já se dá dentro de uma “tenção”. Ela significa: resolução, plano, intento, intenção. Todo seu agir, suas escolhas, seu modo de ser, já se davam dentro de um plano. Qual? Voltar para “Casa”. Na medida em que esta Casa é a Linguagem do Ser. O tempo finito da volta é a língua finita da linguagem, onde tempo e linguagem são um e o mesmo. As pessoas não o compreendiam nem “real coisa ninguém sabia” (l.30). E mais, ao adentrar a porta da “Casa”, se sente atraído e convocado “aos bons abrigos” (l.29). Ser é velar-se, na medida em que nele se dá o desvelo pelo que somos e nos abriga: o Ser. E logo à frente, Rosa nos explicita este adentrar a Casa. Desvelado no desvelo pelo ser que se vela, como apelo de escuta originária. Diz: “ele consigo mesmo muito se calava. Pois era assim que era, se; só estamos vivendo os futuros antanhos” (ls. 52-53). A escuta da voz do silêncio, do Ser, é fundamental, só assim somos, ou como diz Rosa: “Pois era assim que era, se.” Interpreto: ser é ser a partir da escuta do que se é, isto é, “que era, se”, onde este “se” remete para o ser-se, enquanto ser o ser do ente que se é. E depois vem a

afirmação radical, a respeito do tempo, e que se torna um dos núcleos do conto, pois é nesse sentido e só nesse que somos seres temporais, ou seja, essa é “**a nossa condição**”. E o “nossa” do título comparece na fala de Rosa/Narrador. Toda a narrativa se dá em terceira pessoa, mas aí, intencional e essencialmente, o narrador enuncia o que somos como tempo ontológico também na primeira pessoa do plural: “**só estamos vivendo os futuros antanhos**” (1.53). Este é o núcleo duro do conto, pois lança a vida no tempo e como tempo. Porém, a vida ao ser experienciada se faz num plano mais profundo. Uma experienciação que diz respeito a todos nós, quando diz “**só estamos ...**”. Note-se em primeiro lugar o advérbio de exclusão “só”. Como experienciação de ser da vida só há esse tempo, o ontológico, por isso usa a primeira pessoa do plural no verbo “**estamos**”, ou seja, todos nós. E o que diz respeito a todos nós? O “**estamos**” que indica o tornar-se enquanto somos sendo, existindo, ou como diz: “vivendo”. Aqui temos o gerúndio, o que sempre se está dando, realizando. Mas realizando o quê? Aí vem o nosso fundo existencial-temporal, o que ao viver vivendo estamos/somos. O quê? Um paradoxo: “**os futuros antanhos**”. Temos juntos os três tempos: no presente, “**estamos vivendo os futuros ...**”, claro, o vir-a-ser indica um dirigir-se, pelo agir, a um horizonte futuro – todo horizonte nos acena com o futuro. Só que este horizonte futuro já nos está dado, já nos movemos nele e a partir dele: “... **antanhos**”. Pelo dicionário significa: nos tempos idos, outrora. Na realidade, o futuro é a vigência do passado ainda não realizado nem presentificado. O futuro presentificável está no passado presentificado do presentificar-se, ser. O passado não é o que passou, como a gramática diz, mas o que como memória do presentificar-se já vive como presentificado. E isto é o **destino**, a “**moira/porção**” que nos cabe (pense-se a genética, mas como linguagem e não como código). Os **futuros antanhos** são, pois, um paradoxo ontológico-temporal (onde o **sujeito** como **sujeito** se dissolve num simulacro de representação). A imagem do horizonte – fundamental no conto e que veremos depois – nos ajuda a compreender o paradoxo ontológico-temporal. Nós já nos movemos sempre no horizonte, não há escolha, porque nos movemos no **logos**. Nele, o limite do visível não é só onde a linha termina, mas também o de onde começa a nova visão, ficando invisível o que nos precede e sucede para além da linha-limite (**horidzo=limitar**). Nesse sentido, o que nos precede como não-visível (movemo-nos do **não-visível** para o **não-visível**) é também o que nos precede como tempo, o **antanho**, e ao mesmo tempo o **futuro**, o que no estarmos vivendo sempre se abre como o futuro, o não-visível, confundindo-se **antanho e futuro**, ou melhor, na expressão de Rosa: “**os futuros antanhos**”. Também podemos pensar o enigma do “tempo-ser” em termos de Memória, em que o viver presentificante se dá como presentificado (passado) enquanto presentificável (futuro), na medida em que é o presentificar-se (infinitivo) do que como memória ontológica tanto mais se lembra e desvela quanto mais se esquece e vela: **aletheia/physis/ser**.

Este velar-se que abriga e ao qual Man’Antônio se devota com desvelo, pois “de si, **votivo**, o melhor ofertasse” (1.47) o torna um con-sagrado (“votivo”) ao Ser, daí o temor sagrado que ele com sua morte provoca nos outros, como veremos depois. Esta experienciação da radicalidade do tempo se dá, no conto (por que não na nossa vida quando experienciada a partir do ser?), diante da morte. Quando sua mulher Liduína morre, ele percorre a “Casa” e nela e por ela se abre para o mistério do horizonte que é o

mistério que a morte nos abre na medida em que é o finito (**horidzo**) do infinito (morte). E vem a de-cisão de ser como não-tempo finito para ser o ser do ente: “Definia-se, ele, ali, sem contradição nem resistência, a inquebrantar-se, desde quando de **futuro e passado mais não carecia**. Talvez, murmurasse, **de tão dentro de si**, coisas graves, sem **som nem sentido**” (ls.73-76). Agora – como experiência da morte – “definia-se”. Em que consiste esta definição? Ele, agora “**de futuros e passado mais não carecia ...**” (l.74) e podia, por isso, definir-se “sem contradição nem resistência”, ainda presente quando sua “tenção”, projeto se fundava no paradoxo do tempo-ser como “futuros antanhos”. Como falar de tempo diante da morte? O presente se presentificava agora como “o tempo” ou ser no infinito. Porém, o ser como tempo-finito é língua, daí que não carecendo mais de futuro e passado, se esvai a língua para presentificar-se na **Linguagem do silêncio (infinito)**: “Talvez, murmurasse, de tão dentro de si, coisas graves, **grandes, sem nem som nem sentido**” (ls. 75-76). “Tão dentro de si”, ele só tem desvelo para o velar-se, para o ser. É a mais profunda **poiesis**, a morte como sentido do ser, como não-tempo, eternidade, ato puro, isto é, morte. Esta é a sabedoria que Sileno ensina a Midas. O definir-se pela experiência da morte implica no definir-se na e a partir da **essência do agir**. E então o agir torna-se, na palavra de Tio Man’Antônio, “faz de conta”: tempo, ser, agir, linguagem, **poiesis**, encontram a sua essência. A partir desta experiência, o ser humano se experiencia. Tio Man’Antônio se realiza como “o transitório - ... por esse enquanto” (l.105), onde tempo, linguagem e **poiesis** são o mesmo.

Esse “por enquanto” vai encontrar o seu momento decisivo no próprio morrer, narrado assim: “Em meio ao que, àquilo, deu-se. Deu – o indeciso passo, o que não se pode seguir em idéia. Morreu, como se por um furo de agulha um fio. Morreu; **fez de conta**” (ls. 289-291). Neste momento, como ainda falar de tempo? Por isso comentemos como Rosa anuncia a morte, antes de a nomear como morte: “Em meio ao que, àquilo, deu-se” (l.289). Temos aí dois planos interligados: a) **deu-se**. O quê? A resposta pede a tematização do outro plano: b) **em meio ao que, àquilo**. Àquilo o quê? Como vemos, um plano se circunscreve no outro. Por isso será o tema do tópico a seguir, para pensarmos esse “em meio àquilo”. Contudo, pensemos desde já o “**deu-se**”. Por que não usa Rosa logo “morreu”? A **nossa condição** se move no horizonte do **Nada**, por isso, “Nada e a nossa condição”. É um mover-se, como vimos, temporal-ontológico, ou seja, no plano do ente-ser para ser (não-ente) ser do Ser. Foi isso que Sileno enunciou a Midas. E foi esse o itinerário de Tio Man’Antônio, tanto que logo a seguir, o narrador diz o que, em verdade, cada um de nós é: “transitoriador” (l.292). Mas fica ainda a pergunta: Por que não diz morreu, só depois, mas diz **deu-se**? Vale uma interpretação. Heidegger pensa o ser humano como ser para a morte, mas não se trata de niilismo. Ele pensa na tensão ente/ser. Esse é o nosso grande enigma, o grande enigma da morte, de sermos mortais. Nosso agir consiste em consumir o que já somos, porém, o que é, antes de tudo é o Ser. Ao mesmo tempo, devemos afirmar que o Ser não é, pois se fosse seria ente e não o Ser. Por isso, afirma Heidegger: “**O Ser não é: Es gibt**”: **dá-se**. Dá e dá-se como ser para o ente ser. Nisso consiste o tempo/não-tempo e a língua/linguagem. É a mesmíssima expressão de Rosa. Coincidência? Não. O poeta e o pensador se encontram na escuta do **mesmo**.

Dá-se. Deu-se. Nisto consiste o Destino, destinados que somos como seres temporais à Casa do Ser, linguagem/**poiesis** do Ser.

VI. O AGIR COMO POIESIS ÉTICA

O desenvolvimento deste terceiro tópico pressupõe que o leitor tenha presente tudo o que se desenvolveu neste ensaio e sobretudo os dois tópicos anteriores sobre o conto de Rosa. Trata-se agora de refletirmos sobre a construção poética do homem e do real para **ser feliz**. É a questão da **poiesis** e do **ethos**.

Já vimos duas coisas: Como destino estamos desde que nascemos caminhando para onde nos originamos: a **Casa** como Linguagem do Ser. Caminhar diz aí realizar o tempo finito a partir do e para o infinito. Um tal caminho se dá como tempo ontológico. Mas este é que dá o sentido das ações, pois elas realizam como empenhos nossos o que já desde sempre somos. São os **futuros antanhos**. Ou não. Em vez de caminharmos e nos empenharmos pela volta à **Casa** e para nos pormos ao abrigo do Ser, podemos nos experienciar como errância em meio aos entes, em meio ao consumo de posses e de entes (Midas), em meio às agitações produtivas e aos agitos intramundanos. É isso que Rosa vai poeticamente tematizar. E o fará confrontando o agir diferente de Tio Man' Antônio e o dos empregados. Desse confronto é que surge o **ethos** como sentido profundo do ente na dimensão e horizonte do Ser, ou seja, do **ethos** como **morada/Casa** do Ser. Demandar e se abrigar na **Casa do Ser** é agir (**poiesis**) eticamente.

E Rosa o faz mostrando – poeticamente – que a errância em meio aos entes (**aletheia**) se dá na opção pelo Ser (**physis**), a partir do sentido do Ser como sentido da Morte. Quando o ente humano de-cide o seu agir e empenhos pelo sentido do Ser a partir e no horizonte do sentido do morrer, então é que somos e poderemos ser denominados como **entes-mortais**, ou seja, **seres para a Morte**. O ente que se de-cide pelo apelo e escuta do Ser como sentido da Morte se denomina homem como ser-para-a-morte. O ente que se vê, compreende e age no horizonte do ente é definido – muito logicamente – como **animal racional** (**dzoion logon echon=animal racional**), ou sujeito humano.

Tio Man' Antônio, nós, diante das tensões, do **polemos** em que a vida nos coloca e lança faz do seu agir um projeto: “Vivia, feito tenção” (1.30). E como tal se consagra a tal projeto: “... de si, votivo, o melhor, ofertasse ...” (1.47). Ele se põe, por isso, como medida, o sagrado como vigência da **poiesis** e do destino. Porém, em meio a esse agir tensional algo radical lhe acontece: a morte da mulher. Em vez de se lançar no luto, que ele renega, e já mostra a posição de Rosa perante a morte metafísica, não faz isso. Pelo contrário, contra o costume e a admiração de todos, mergulha na interior da **Casa** e visita cômodo por cômodo, ou seja, ele se retira para a Linguagem do Ser e busca nela o sentido da vida a partir de e no horizonte do sentido da Morte. E olhando dentro da **Casa**, pelas janelas da alma, mergulha no sentido da memória e di-vaga, unindo na visão e memória de “antes e ainda antes” (1.68), da **lethe**, que ele resume no neologismo

“vislumbrança”, ou seja, o vislumbrar, ver externo, na memória da lembrança, ver interno, o sentido da morte, que está para além de toda tensão das dicotomias metafísicas, de ente e ser. E volta da experienciação da morte com o sentido do agir enquanto experienciação ontológica-temporal. Foi o que já vimos.

O sentido do agir, a partir da morte, o leva a definir-se pela **poiesis** como **ethos**, ou seja, o valor, alcance e sentido do que é pelo agir, a partir de e no Ser. Só então retorna para junto de Liduína, que jaz morta, e das filhas.

E estas, sem a experienciação do sentido da morte, buscam nele, confiantes “para o comum da dor, qualquer socorro”(l.80), porque a dor é a contraface da alegria. Ele se mostra ambíguo e enigmático. E disso e nisso dá-se um “transluzir-se” (l.86) pelo qual as filhas esperam do pai “o insabível curativo de uma graça”(l.88), um “indizível reflexo e vestígio” (l.88) de sabedoria para consolo diante do enigma da morte. Qual é a questão que as aflige? A mesma que leva Midas a procurar Sileno. E quem toma a palavra? Apenas Felícia – Feliz no nome – a mais jovem. E pergunta: “Pai, a vida é feita só de traiçoeiros altos-e-baixos? Não haverá, para a gente, algum tempo de felicidade, de verdadeira segurança?” (ls. 89-91). Na realidade, são duas as perguntas. A primeira diz respeito às condições da nossa vida, que é feita de “traiçoeiros altos-e-baixos”. Isto é algo que se constata, que é real e que não se pode evitar: é a nossa condição passar por isso. Isso o quê? Altos e baixos, mas que são traiçoeiros, justamente porque vivemos nesse **polemos**, nessa tensão. Trataremos disso na questão da **liminaridade**. O nó da questão de Felícia está expresso no “só”, isto é, a vida é só isso, mais nada? Mas mais nada, o quê? É a segunda pergunta. E pergunta pela felicidade, mas esta implica duas dimensões: a) a existência de um “tempo de felicidade” e a existência de uma “verdadeira segurança”. Então para Felícia, a felicidade consistiria na junção dos dois aspectos que estariam para além dos “traiçoeiros altos-e-baixos”: a felicidade verdadeira consiste num tempo seguro. O que seria um tempo seguro? Foi o que vimos no segundo tópico. Seria o tempo como essência do agir, o ontológico, experienciado como sentido da morte e como caminhada e chegada à Casa do Ser. A vida como “traiçoeiros altos-e-baixos” se dá, trans-corre no plano dos entes, dimensão da nossa condição, porque somos entes. Em meio a isso, nosso agir pode nos conduzir para o “tempo seguro”, o não-finito, quando então ocorrerá a “felicidade verdadeira”. Estas são as questões de Felícia, a questão de Midas, a nossa questão. Mas há um detalhe importante no conto de Rosa. As três filhas sofrem diante da morte, da morte da mãe, mas apenas Felícia, a mais jovem, clama. Evidente que Felícia é a imagem que Rosa usa para significar a própria felicidade, isto é, a vida como **Eros** (daí ser a mais jovem). O simples viver é traiçoeiro e ainda não nos dá **Eros**. Como consegui-lo? É isso que Felícia pergunta ao pai. E por que este pode responder? Porque experienciar **Eros** é adentrar o sentido da morte (**Thanatos**). Esta não se torna, portanto, a negação de **Eros**, mas a única condição para podermos experienciar e apreender o sentido de **Eros**, isto é, do ser feliz. Essa foi a resposta de Sileno. Man’Antônio é Sileno, aquele que tem a “**sophia**” como “**ethos**” da “**poiesis**”, ou seja, aquele que no âmbito da morte, do nada, apreendeu o sentido ético do agir. Felícia é Midas. Aparentemente, a resposta de Sileno a Midas é diferente da resposta do pai à filha. Não é. Tio Man’Antônio responde tão enigmaticamente como

Sileno. Com tranquilidade e suave voz diz à filha: “**Faz de conta, minha filha... Faz de conta...**” (ls.92-93). Toda a resposta se concentra no agir. Mas que agir é esse que é um fazer de conta? O mito nada nos conta da reação de Midas. Também não seria necessário. **Eros** implica **Thanatos** e não há o que discutir. Felicidade implica morte. E não há o que discutir. Por isso a seguir vamos ter duas atitudes. A primeira diz respeito ao diálogo pai e filha: “Entrentendidos, mais não esperaram” (l.s.93-94). Dera-se o entendimento “entre” Felicidade e Morte e nada mais havia a esperar. A segunda diz respeito só a Man’Antônio, a cada um de nós, isto é, apreendido o sentido do agir, o **ethos** da **poiesis**, trata-se de agir nesse horizonte, para ser feliz. Daí dizer o narrador, referindo-se apenas ao pai: “Cabisbaixara-se, Tio Man’Antônio no dizer essas palavras, que daí seriam as suas dele, **sempre**” (ls.94-95). As palavras que daí em diante orientariam – **sempre** – as ações e vida de Man’Antônio seriam: “**Faz de conta, minha filha... Faz de conta...**” (ls.93-93). O faz de conta não se dirige apenas à filha nem a ele, mas a nós, tornando-se ele o sentido de nossa condição.

Como interpretar essas palavras? Elas constituem duas dimensões essenciais em nossa vida. O verbo está no imperativo e indica agir enquanto produzir, fazer algo. Nisso consiste o fazer. É, pois, necessário agir produzindo. Contudo, a segunda dimensão e a mais fundamental está no **sentido** de um tal agir e produzir: é um **fazer de conta**. Um tal fazer está dicionarizado como um fazer imaginário e que propriamente seria fictício. Uma tal leitura já se faz no plano da metafísica, pelo qual se determina o real pelo **efetivo**, enquanto se causa um **efeito**. O que não for este efeito não será real, será, portanto, fictício, imaginário. Ora, essa leitura não atende à essência do agir, como já vimos. Então como entender, como “entre”-entender? Fazer de conta diz respeito ao querer-poder, mas um querer-poder que encontra seu sentido na posse. E como posse indica uma dupla possibilidade: como possibilidade de fazer. Deve fazer. Faz, nos diz no imperativo. E como possibilidade de possuir ou não possuir o que se faz. É aí que entra o sentido do agir a partir do sentido da morte. Não podemos possuir tudo, só tomamos posse disto ou daquilo, ou seja, sempre de **entes**. Mas a morte é o não-ente. O fazer de conta indica, pois, a possibilidade de fazer para ter ou fazer para ser. Ser é o não-ente, é a morte. Fazer de conta é, pois, o fazer que realiza a possibilidade como não posse disto e daquilo que se faz para poder ser. É esse o significado essencial do “transitório” e do tempo ontológico, como essência do agir, visto em tópico anterior. O uso sistemático do subjuntivo indica, do ponto de vista da língua, a realização do que se é como agir no plano da Linguagem como Casa do Ser. Porque, em Rosa, a língua não é um código instrumental retórico para ser usado formalmente. Não. A língua é a finitude do infinito (ser) que é a linguagem. Só a gramática trata a língua como código de firulas estilísticas. A questão da essência do agir, da **poiesis** como **ethos** se dá não no agir em si, mas no querer como poder a possibilidade da posse deste ou daquele ente, ou do ser, que não-é. Quando tal ocorre é que se dá, não a **a-patia** ou seu oposto, o **agitar-se**, mas o agir-em-sua-plenitude, o não-agir, a quietude como plenitude do agir. É o que veremos no itinerário de Tio Man’Antônio.

Não se pode cair no jargão metafísico das dicotomias e cair na oposição ente/ser, língua/linguagem. A própria opção pelo ente só pode ser feita porque já nos movemos

sempre no âmbito do ser. Neste caso, o agir que opta pelo ente também é, em si, participante do âmbito do ético, mas onde a utilidade e posse como conhecimento e ação implicam um esquecimento do ser e, conseqüentemente, um esquecimento do ético. Nossa condição é agir necessariamente para ser, mas é o sentido do agir que determina o útil e o não-útil, ou seja, se o sentido do agir se faz no horizonte dos entes ou no do ser. E isso não é algo a ser determinado pelo sujeito. A utilidade do útil pode dizer respeito ao esquecimento ético e, inversamente, à realização ética quando no plano do Ser. Em si, no sentido da questão do sujeito do agir, cada ato, cada ente não é útil ou não-útil, depende de se realizar eticamente ou não, e, então, o que é não-útil é essencialmente útil, ou o que é útil, essencialmente é não-útil. Nessa tensão, nunca excludente, é que vai ocorrer o **ethos**, isto é, o sentido e sabedoria de toda **poiesis** como essência do agir.

É isso que Rosa tematiza depois do diálogo com a filha Felícia, ou seja, vai mostrar em que consiste o **“fazer de conta”**.

A apreensão do sentido da morte como realização do ser feliz, da essência do agir, na e a partir da Casa, pelo mergulhar na Linguagem do silêncio, permitiu-lhe o definir-se (l.73). Esta definição se explicita na passagem intermediária em que dialoga com Felícia sobre o sentido do agir. Então segue-se o desdobramento do **fazer de conta** na vida de Man’Antônio. Por isso, se nega a tomar uma postura de luto. Pelo contrário: “Inaugurava-se” (l.103). Inaugurar é eclodir no aberto da clareira para a liberdade de ser. Como? Através de “um projeto” (l.109). E ordenou: **“Faça-se de conta!** (l.108). E lança-se com grande intensidade, à “dobrada dobadora” (l.119), à sua realização. Convoca todos os empregados e começam a expandir os pastos. Contudo, o sentido de agir dele e dos empregados é diferente, ainda que se dirija a eles dizendo-lhes: **“Faz de conta, minha gente... Faz de conta”** (l. 116). Enquanto os empregados acham o plano e sua execução sem sentido, “quase tolice” (l.128), ele exerce o seu querer. E não se cansa, apesar de ser humano e sentir os sofrimentos. É que seu querer era impulsionado pelo “se é o que é que é” (l.83). Ao transformar todo o aspecto da fazenda pela execução do plano, as filhas se entristeceram. É então interpelado pela filha dileta, Francisquinha: “Se não seria aquilo arrefecido sentimento, pecar contra a saudade?” (ls. 148-149). Escuta-a, mas “alheio, alhures” (. 151) responde: “Nem tanto, filha... Nem tanto...” (ls.151-152). As filhas estão presas a um real vivido no passado, onde predomina a saudade. E ele se dimensiona pelo ser enquanto agir, pela posse de suas possibilidades. E depois diante da beleza dos campos e das árvores floridas, conservadas em memória da mãe, surpreendem-se com o agir do pai e sua retidão e sabedoria, pela qual se realiza, por “ter sido e vir a ser” (l.169). Não há uma oposição entre o que já é como ter sido, o presentificado, e o presentificável (o vir a ser).

E de repente o preço do gado subiu. E expande ainda mais os pastos pelas campinas, “prático como os demais” (l.181). Porém, a seguir, vem a observação fundamental: “mas, conforme a si mesmo: de transparência em transparência” (l.181). Rosa mostra que não há nenhuma dicotomia entre o agir prático e o fazer dele um agir segundo o que ele é como ascese de “transparência” para ser e não para ter.

As filhas casam. Vão embora. Fica sozinho, mas não triste, porque o agir/trabalho, ao realizá-lo como o que ele é, traz-lhe a alegria. E continuava o “duro trabalho – chuva, sol, ação” (1.207). E Rosa aproveita para perguntar-se pelo sentido do trabalho, do agir. Por que tanto empenho? O que buscava? Acumular bens como Midas? Rosa dá uma resposta em três instâncias. Esse empenho atende a uma necessidade da nossa condição, a de sermos-no-mundo e termos relações intramundanas. Por outro lado, esse ser-no-mundo do ser humano se transforma num “seminar-se” (1.209). Semente, o seminar-se é o transformar as ações em sinais de sentido. Faz o real eclodir como mundo, ao mesmo tempo que nasce e eclode como o que ele é. O terceiro aspecto é que um tal seminar-se era no fundo a busca de si mesmo “no futuro, nas asas da montanha. Fazia de conta” (ls. 209 e 210). As asas da montanha – imagem seminal – aludem já ao final do conto e serão posteriormente interpretadas. Cabe, contudo, realçar que todo esse seu agir se fazia sempre dentro da possibilidade de posse para ser. A reflexão de Rosa sobre o sentido do trabalho é essencial para compreender que não há dicotomia em todo fazer humano, desde que realizado no horizonte da essência do agir.

Neste agir contínuo vive próspero, sem se prender ao ter, e não esquecia as “humanas fragilidades” (1.217) e por isso se descobre como “transitoriante” (1.220). E então pensa o mundo, seus acontecimentos, suas misérias e o seu sentido profundo. E conclui que “haveria uma mor justiça; mister seria” (1.223). E, em silêncio, toma uma resolução: “doou e distribuiu suas terras” (1.232). Que justiça é essa? Não a jurídica nem a político-ideológica, mas ontológica que se funda na essência do agir como **ethos**. Mas Rosa não nos conduz por caminhos fáceis. Ele divide a fazenda em lotes, porém, está muito consciente de qual é o seu poder e o seu lugar. E aí então aparece o verdadeiro sentido de propriedade, o que é próprio, não dele, mas da Terra. Por isso, diz que distribuía, dele, a terra das terras – “e fria e clara” (1.242). Ele e a Terra que ele distribuía “era a terra das terras” (1.242), mostrando radicalmente que o que somos é um presente da Terra.

Ao atender à questão da justiça, eclode com toda a força a questão ética. Ela surge no âmbito do “cuidado do pensamento” em relação ao fazer de conta e ao ter. É reiterada esta sua abertura: “Aí, Tio Man’Antônio não pensava o que pensava” (1.244). Não podemos ver nesse ato do personagem um simples exercício racional ou ato piedoso. Não. O apelo de justiça é ético e não uma idéia chã e superficial de igualdade. A sua resposta ao apelo de Justiça não vem nem de um condoer-se, de um “amerceamento” (1.244) nem de loucura. Muito pelo contrário: “O grande movimento é a volta. Agora, pelos anos adiante, ele não seria dono mais de nada, com que estender cuidados” (1.245-247). Ou como disse logo no início: “...**Vou para casa...**” (1.13). Nesse processo de despojamento e de “desimportância” ele sabe que outro deve ser nosso cuidado, pois o que parece que temos não temos, visto do sentido do horizonte da morte. Para ele – como um dia para cada um de nós – o **faz de conta** chegou no momento em que se iniciava o grande movimento de volta. E o que temos de fazer? Ele diz: “**Faz de conta, gente minha... Faz de conta...**” (1.248). Realizando as possibilidades não se fixa nas posses. Neste ponto da caminhada transitoriante, Rosa, numa inversão sutil se dirige a

todos nós. Quando começa a expandir os pastos em seu projeto de se transformar e “seminar-se” (1.204) pelo trabalho, se dirige a seus empregados dizendo: “**Faz de conta, minha gente...**” (1.116). Agora, inverte, e diz: “**Faz de conta, gente minha...**” (1.249). O que aparece agora como apelo vocativo é “gente minha”, isto é, todos nós, companheiros da condição humana – como ele. Ao mesmo tempo, o narrador comenta essa expressão enigmática “Faz de conta...”, que dá sentido a todo o nosso agir. Ela é enigmática e sabia disso, mas era o que nos oferecia como apelo de pensamento: “Faz de conta...” – era o que dava” (1.249). E acrescenta: “em dizer essas palavras; não sorria, sengo” (1.250). E o que significa “sengo”? Dissimulado, ambíguo. E nos faz o apelo para estarmos atentos à fala do silêncio como escuta, daí o nos convidar, como mais um significado de sengo, à reflexão.

Os empregados nada entendem desse “**Faz de conta, gente minha...**” (1.248). Mas o que ora tematizamos é o agir de Tio Man’ Antônio e ao que ele conduz. O seu itinerário – o transitório – continua. “De seu, nada conservara, a não ser a antiga, forme e enorme casa...” (1.268). Exercitando o querer como poder da possibilidade da não-posse, tudo doado, exceto a Casa, constata algo essencial: já chegou ao Nada da nossa condição? Sim e não. “Nada. Talvez não. Fazia de conta nada ter; fazia-se, a si mesmo, de conta” (1.272). Aqui temos uma distinção sutil. Ficara só com a Casa, que faz um com ele e para onde caminha. Por que então o “Talvez não”? Se fazia de conta nada ter, e não mais tinha, o que faltava? Ele. Este é o passo mais difícil, porque aí se dá o maior enigma: como ser ente no Ser sem se dissolver de tal maneira que não mais seja o-si-mesmo? Como fazer de si mesmo de conta, isto é, querer como possibilidade a não-posse de si-mesmo? Esse é o supremo **ethos** da **poiesis**. Porque o **ethos** da **poiesis** radica na **physis/ser** e não na **vontade do ser humano-sujeito**. Só então se torna “sábio” (1.279). É quando ele consuma o que é como essência do agir, que consiste em fazer o não-fazer-nada. Na palavra de Rosa: “Tio Man’ Antônio, rumo a tudo, à senha do secreto, se afastava – dele a ele e nele” (1.283). O transitoriador, sem a posse dos entes, dá os últimos passos numa caminhada paradoxal. De um lado ia “ruma a tudo” (1.283), mas de outro “se afastava – dele a ele e nele” (1.283) Em que consiste o caminhar de nós a nós mesmos? Por um lado, “Nada interrogava mais – horizonte e enfim – de cume a cume” (1.284), porque já habitava o cume. Por outro, “ele fazia, alta e serena, fortemente, o não-fazer-nada, acertando-se ao vazio, à desimportância” (1. 285). Vivia no vazio, no Nada da nossa condição, no mais profundo de si, na **proximidade** do Ser do seu ser. Ela é a essência do agir como **ethos** da **poiesis**. E então “deu-se. Deu – o indeciso passo, o que não se pode seguir em idéia” (1.289). Advém o extraordinário, que não é a nossa condição nem o Nada, mas o “E” enigmático que os funda e une.

Cabe aqui ainda, rapidamente, dizer algo como se dá o comportamento de outros seres humanos. Nem todos se consideram transitoriantes nem seguem os passos de Man’ Antônio. Por quê? Rosa não é nada idealista nem realista, mas não teme em dizer enigmaticamente: “Serviam-no, ainda mesmo assim. Mas decerto, milenar e animalmente, o odiavam” (1.181). Isto depois de ter distribuído seus bens entre eles. É que neles não se dá a escuta do que são e exercitam o querer como poder de possibilidade da posse deste ou daquele ente e não experienciam o Ser, vivendo na

errância da posse do que não são. “Faziam conta que eram donos esses outros, se acostumavam” (1.274). Eles não compreendiam que, na realidade, fazem de conta que possuem. E Rosa, numa profundidade desconcertante, não pregando nem teorizando como iluminado e iluminista querendo-os converter ou conscientizar, abre-se para a convivência da diferença e da **proximidade**, dizendo: “*Aos outros – amasse-os – não os compreendesse*” (1.273). Seu apelo ético-poético para a escuta se dirige abertamente e livremente para todos nós: “**Faz de conta, gente minha... Faz de conta...** – era o que dava” (1.248). Mas sabe, como Heráclito, que a escuta deve ser do **Logos**, não dele, Rosa. Por isso, conclui: “... no que em dizer essas palavras; não sorria, sengo” (1.250). No entanto, se o doar os bens não lhe provocam a escuta, neles, a abertura para o extraordinário – como temor – se dá na con-sunção de Man’Antônio pelo fogo.

VII. O HOMEM E A LIMINARIDADE

Talvez este devesse ser o tópico inicial, por ser o mais complexo. Nele se fazem presentes as demais questões, uma vez que é impossível, concretamente, separá-las, movendo-se o conto em círculos que se interpenetram. Por isso, uma certa repetição será inevitável. Nosso intuito, neste diálogo poético, é pensar as grandes linhas de nossa condição no horizonte do Nada.

A escolha da palavra liminaridade aqui e agora é fundamental. Liminaridade diz respeito à tensão de limite **E** não-limites. Nossa condição de entes nos abre, projeta, põe e joga num limiar radicalmente ontológico. Um tal limiar é complexo e ambíguo. Ele, como tal, é uma abertura, uma clareira, o que os pensadores gregos, sabiamente, denominaram **ethos**. Por exemplo, Heráclito: “**Ethos anthropon daimon: a morada do homem o extraordinário**” (Leão, 1991: 91). **Ethos**, Morada, Calreira, Linguagem, **Logos** vigem no mesmo. A clareira é clareira de **physis/ser** como linguagem/**Logos**. A linguagem é a Casa do Ser, nela habita Man’Antônio. Todo limiar é tensional, é **polemos**, porque nele se dá o **polemos** de ente sendo e não-sendo o Ser. É a liminaridade que faz do ser humano um ser transiente como tempo ontológico. Mas ele é tanto um ser temporal como um ser-para-a-morte. É que ele habita a Casa do Ser, a Linguagem. Por isso seu agir-não-agir é poético porque ético. Nosso itinerário, nossa condição é voltar para onde já ontologicamente estamos, mas não somos: a Casa. Como se dá a concretização do transitar, isto é, da liminaridade no conto? Tomando como referência a Casa. Ela se faz presente no início, no meio e no final do conto. Começamos pelo meio, onde a casa aparece numa belíssima imagem: o **pérvio**, a passagem.

As três filhas casam e partem. Ficou sozinho, não triste, onde já desde sempre habita: “Ali, em sua velha e erma casa, sob azuis, picos píncaros e desmedidas escarpas, sobre precipícios de paredões, grotões e alcantis abismosos – feita mansão suspensa – no pérvio” (ls. 192-195). A casa à qual se recolhe e o acolhe é apresentada como velha e erma, isto é, solitária e desabitada, assemelhando-se a uma mansão suspensa. Mansão vem do verbo latino **maneo**, denominando a habitação, o abrigo. Morando (**ethos**) nela,

ela lhe dá abrigo e o põe a salvo. Como? Ela está no “pérvio” (l.195). Esta palavra indica um lugar que dá passagem, que está no aberto da clareira. O antônimo é **ínvio**. Mas que passagem e abertura é essa? Isso já vimos no primeiro tópico da interpretação do conto: como Linguagem – Casa – é o sentido do Ser. E ela é passagem e abertura de quê? Isso é mostrado pela sua localização. Ela é um “entre”: está ao mesmo tempo “**sob** azuis, picos píncaros e desmedidas escarpas “ (l.193) e “**sobre** precipícios de paredões, grotões e alcantis abismosos” (l.193). Ela é um limiar “entre” o aberto azul do Céu e os abismos insondáveis da Terra. É como limiar que ela permite a tensão de contrários e assegura a passagem e o abrigo. Este limiar não é só externo mas igualmente interno. Somos constituídos por picos azuis e grotões abismosos. Nossa vida - dzoé – consiste no abrir-se e desabrochar para o livre aberto da clareira e ao mesmo tempo no mergulhar as nossas raízes nas profundezas da Terra. A vida se alimenta, pois, de uma tensão de contrários, pela qual se consoma tendendo para o alto e ao mesmo tempo que mergulha no fértil escuro útero da mãe Terra. Ser é, pois, caminhar nessa tensão para se consumir. O destino da Casa é, portanto, o nosso destino. Por isso, no conto, depois da breve introdução e da breve conclusão, que se referem ao Destino, a Casa ocupa intencionalmente o início e o fim do conto. O percurso de Man’Antônio e nosso está referido sempre à Casa e ao que ela significa em relação à nossa condição. Mas na citação feita já aparecem os elementos essenciais do limiar. O importante é acompanhar o que ocorre com eles desde o início até o fim.

Na descrição inicial da Casa destaca-se o detalhe da escada de quarenta degraus, que irá aparecer destacado também no final. Uma escada indica uma ascensão e ao mesmo tempo o número quarenta remete para o processo de ascese pelo qual Cristo passou no deserto. O essencial está na relação de Man’Antônio com a Casa, pois ela se torna uma imagem-questão. Assim dá destaque ao simples fato de adentrá-la: “ ... se curvava, de um jeito, para entrar, como se a elevada porta fosse acanhada e alheia, convidadamente, aos bons abrigos” (ls. 27-29). Porta é pérvio/passagem, acanhada e alheia porque conduz ao que em nós desconhecemos porque ainda não somos.

Depois apresenta-nos Man’Antônio a caminho da Casa, “galgando caminhos fragosos, à beira de despenhadeiros e crevassas-grotas em tremenda altura” (l32). Neste percurso per-rigoso (esta palavra está ligada a **peras, limite, ente**), parece alheio ao que o cerca “enquanto pensava o que não pensava, propenso a tudo ...” (l.43). Mas algo o atrai e o envolve: “... os cimos – onde a montanha **abre asas** – e as infernas grotas, abismáticas, profundíssimas” (l.45). Notamos que ele é seduzido pelos opostos que perfazem a nossa condição. Mas ele os contempla, pois a eles está consagrado e o melhor de si oferta: “esperança e expiação, sacrifícios, esforços – à flor” (l.48). Rosa, sem cair na dicotomia metafísica, e retomando poeticamente o mito diz: “Seria, por isso, um dia topasse, ao favorável, pelo tributo gratos, o Rei-dos-Montes ou o Rei-das-Grotas – que tudo há e tudo a gente encontra?” (l.38). O que “tudo há”? “O Rei-dos-Montes” e “O Rei-das-Grotas”. Certamente aqui Rosa nos lança no vigor do mítico pelo qual o vigor do profundo e o vigor do alto “pelo tributo gratos” se podem presentificar. O que a gente encontra, ele o diz num paradoxo: “De si para si, quem sabe, só o que inútil, novo e necessário segredasse” (l.51). Primeiro, não é fora de si que se encontra, mas,

misteriosamente, “de si para si”, isto é, só encontramos ou podemos encontrar o que já somos. E o que se encontra? “... o que inútil, novo e necessário ...” (1.51). Se inútil como pode ser necessário? É que o essencial é no plano do ser e não dos entes, onde o que se é se julga pelo que se tem enquanto utilidade. Nesse caso, ser é inútil. Por isso, no plano do ser é não só necessário mas também novo. E completa o paradoxo, acrescentando: “só estamos vivendo os futuros antanhos” (1.53). Isso já interpretamos e agora se compreende ainda melhor na dimensão da liminaridade. Para ele se coloca um desafio maior: consumir a liminaridade, realizando os opostos. Como? “Seduzível conheceu-se, ele, de encarar sempre o tudo?” (1.59). A sedução e entrega ao tudo se realiza: “Chegava, após íngremes horas e encostas” (1.60). Nossa caminhada no tempo e no espaço é difícil e perigosa, porque íngreme. Mas em que consiste a chegada?

A Casa vai aparecer agora em nova dimensão, porque experienciada a partir da morte. E então a liminaridade se transfigura. Sua querida mulher Liduína morre. E ele tem uma atitude incongruente na aparência. Deixa a morta aos cuidados das filhas e visitou todos os cômodos da Casa. Na realidade, é uma auto-visita, um mergulhar profundo em si. E aparece a essência da liminaridade na imagem concreta do horizonte. Vivemos de, no e pelo horizonte. Pois, como diz Rosa: “o horizonte é – tudo em tudo” (1.70). A morte em si é tão radical como experiência que nos lança de encontro a tudo. A palavra horizonte vem do verbo grego **horidzo**, que significa limitar. Por isso implica a liminaridade. Mas Rosa quer ir além. E examina tudo o que o horizonte implica: o visível e o invisível. Pela janelas vai olhar duas paisagens na dinâmica horizontal e vertical do horizonte, que é, como ele diz: “tudo em tudo” (1.70). Pela primeira junta na horizontalidade de vales e serros, o distante no tempo e no espaço, configurado no neologismo “vislumbrança”, já interpretado. E depois se volta para a segunda: “Pois, noutra lança de vista, ele pegava a paisagem pelas constas: as sombras das grotas e a montanha prodigiosa, a vanecer-se, sobre asas” (1.70). Agora lhe interessa a liminaridade vertical e torna a aparecer o par de opostos: “as sombras das grotas e a montanha prodigiosa, a vanecer-se **sobre asas**” (1.71). Pela primeira vez nomeia as “sombras” inerentes às grotas. Não podemos separar essas sombras e grotas que aparecem na paisagem vertical das sombras e grotas que aparecem dentro de nós, pois a liminaridade se dá essencial e integralmente, isto é, tanto mais fora de nós quanto mais dentro. Até porque nós moramos na Casa, que é a linguagem do Ser. E a liminaridade radical é entre ente e Ser. Só nos vendo é que vemos o que se dá diante de nós. Contraposta às sombras das grotas, volta a aparecer a montanha (já nomeada na apresentação da Casa l. 45). Mas agora está adjetivada: ela é “prodigiosa”. Por quê? Na l.45, ele diz que a “montanha abre asas!”, mas agora algo novo ocorre que a torna “prodigiosa”: ela está a “vanecer-se, sobre asas” (1.72). As asas indicam o livre mover-se da montanha no aberto da clareira. Isto será decisivo para a nossa condição e o Nada, enquanto essência do ser-livre. Ser livre não é exercer a vontade, mas agir para ser. E completando a reflexão sobre a paisagem vertical e presença decisiva na liminaridade, pergunta: “Ajudavam-no, de volta, agora, que delas precisava?” (1.72). Ele mesmo responde: “Definia-se”. Definir-se é estabelecer limites no horizonte do sentido da morte. Como sentido e essência do agir, implica radicalização e transfiguração da liminaridade. Em que ela implica? Na eclosão da sabedoria como **ethos** da **poiesis**,

como liberdade. Por isso, essa eclosão se dá num “Transluz-se”, pelo qual as filhas “como de súbito” também ganhassem “o insabível curativo de uma graça” (1.87). Como interpretar esse “transluz-se”? Não se trata de luz simplesmente, é o que está além. E o que precede e está além-aquém da luz? A clareira. Só porque há o desvelamento como clareira é que nela acontece a luz. Mas toda clareira, como clareira da floresta, é o desvelar-se que se vela enquanto **physis/ser**. Man’Antônio, no transluzir-se, diante da morte e como sentido da morte, passa a integrar os opostos da liminaridade: as sombras das nossas grotas profundas e nossos cimos da montanha prodigiosa sobre asas, na radicalidade originária da **physis/ser**.

Rosa mostra também que não há oposição entre seu agir dimensionado pelo sentido da morte e pelo que, metafisicamente, se denominou prática. Unindo esses dois modos de ser no seu projeto maior, ele se mostra muito prático no planejar os negócios e obter lucros, mas sem ter por finalidade a posse, pois diz: “prático como os mais; mas, conforme a si mesmo: de transparência em transparência. Avançava, assim, com honesta astúcia ...” (1.181). Se é prático como os demais e age com honesta astúcia, isso faz parte constitutiva da liminaridade, mas jamais abrindo mão ou esquecendo de ser “conforme a si mesmo” (1.181). Por isso, ele vai integrando os opostos e se realizando de “transparência em transparência”. O essencial não é a oposição de ações, mas a fidelidade ao seu ser, ao nosso ser, e eclodir externa e internamente de “transparência em transparência” (1.181). Este ascender é o mais difícil de apreender e realizar porque implica consumir o que é, fugir do brilho fácil da aparência na luz da clareira da floresta. E assim ele caminha até que as filhas se casam, vão embora e fica só na Casa, isto é, tem o encontro marcado com a solidão.

E então dá início à última etapa de sua caminhada pela qual vai eclodir na transparência total. A pior conseqüência do jargão metafísico é separar o ser humano das coisas que estão à nossa volta com sua proximidade e integridade misteriosa, e transformá-las em objetos, disponíveis para serem usados e destruídos. De tal maneira que hoje em dia se está pondo em perigo a integridade da mãe Terra e da própria sobrevivência do ser humano. E então Rosa mostra como se dá essa integração pelo comportamento de Man’Antônio. Este, no que lhe tocava, respeitava “a movida e muda matéria” (1.201). A adjetivação é aí importante: a matéria é provida também de vida e de uma fala muda. Nós, seres da técnica, não temos ouvidos para uma tal fala nem respeito por essa vida. Na sua relação com as coisas não as trata como posse, mas as deixa livres em suas mãos. E vem um verbo fundamental: “redimi-as” (1.203). Nossa integração com “as coisas mezinhas”, em vez de uma posse, deve levar a uma redenção. Em que sentido? Deixá-las também ser, respeitando-as e envolvendo-as na proximidade. E assim executa os rudes trabalhos, não com um fim de posse e lucro, mas como escuta e doação: “Parecia-lhe como se o mundo-no-mundo lhe estivesse ordenando ou implorando, necessitado, um pouco dele mesmo, a seminar-se?” (1.207). Era uma escuta amorosa pela qual deixando as coisas ser ele também se seminava, isto é, semeava e crescia. Um seminar-se que em si é um realizar-se: “ – a si – ia buscar-se, no futuro, nas asas da montanha” (1.209). Buscar-se e asas indicam nitidamente aí o libertar-se, o voar no livre aberto. A liminaridade, realizada como integração sem dicotomias com as coisas,

constitui, fundamentalmente, um “buscar-se, no futuro” (1.209). Mas um futuro que indica uma procura de realização de si mesmo “nas asas da montanha” (1.210). E conclui: “Fazia de conta; e confiava, nas calmas e nos ventos” (1.210). A liminaridade, como nossa condição, nos dá e indica um projeto no qual é essencial não excluir nada, mas integrar tudo. Rosa já nos mostra agora como se dá esse projeto e essa integração: no e pelo agir caminhamos de “transparência em transparência” para nos irmos buscar “no futuro, nas asas da montanha” (1.209). A montanha indica o alto e as asas o livre mover-se na liberdade do aberto da clareira. Elas indicam um processo de libertação a dar-se na e pela liminaridade. Daí a insistência nessa dupla imagem desde o início. Mas ainda não chegou ao fim, como diz o narrador: “Fazia de conta” (1.210).

Outra dimensão importante em relação à liminaridade – um estar e ser ambíguo – é a natural tendência a nos prendermos aos bens. Tio Man’Antônio faz na fazenda com seu agir prático um próspero negócio. Mas não se prende aos bens e constata que se isso acontece faz parte da nossa condição, das “humanas fragilidades” (1. 217). Mas procura integrá-las no seu projeto de vida constatando que mais importante, na integração dos opostos da liminaridade, é apreender e compreender que mais fundo do que elas há um apelo de justiça, pois “a metade pede o todo e o vazio chama o cheio” (1.224). Como integração e realização e não igualdade abstrata é que Rosa concebe a liminaridade na dimensão do que é justo. Mas o mais importante e fundamental é como Rosa concebe e realiza a liminaridade em sua radicalidade. A integração – o íntegro, o inteiro – desabrocha na doação e no abrir mão total dos bens: “ele não seria dono mais de nada, com que estender cuidados” (1.246). E por que este ato radical? Ele nos responde com uma pergunta: “A quem e de quem os fundos perigosos do mundo e os às-nuvens pináculos dos montes?” (1.247). É uma pergunta ambígua e enigmática, porque se refere em primeiro lugar a duas instâncias distintas: a) para quem são; b) e de quem são? Não responde. Depois ele retoma os componentes da horizontalidade vertical em sua diferença: “os fundos perigosos do mundo e os às-nuvens pináculos dos montes” (1.248). Estes componentes da nossa liminaridade estão aqui apresentados em duas instâncias enigmáticas: a) os fundos perigosos do mundo; b) e os às-nuvens pináculos dos montes. A primeira questão é: De quem são? Seriam do Destino, que é o pano de fundo em que se move o pensamento de Rosa e que abre e termina o conto? E a segunda questão é: Para quem são? Mas aí Rosa parece separar uma instância da outra, porque se refere – pela primeira vez – aos fundos do mundo como “perigosos” e ao seu inverso “os às-nuvens pináculos dos montes” (1.248). Estas passagens no conto parecem indicar que possa haver uma dualidade, mas não, porque se integram pelo sentido do agir. Já antes se referiu ao “Rei-dos-Montes ou o Rei-das-Grotas – que de tudo há e de tudo a gente encontra” (1.49). E o que ele responde? “**Faz de conta, gente minha... Faz de conta... - era o que dava**” (1.248) e enigmático não sorria. A liminaridade da nossa condição indica aqui o destino de um duplo destino, que não nos é dado saber, por isso só nos resta “fazer de conta”. Mais não dá. É o enigma do Nada e da nossa condição. Tio Man’Antônio nada conservara do mundo, a nada se prende. Exceto a Casa, que é ele e não é. É que nela e dela “o tamanho do mundo se fazia maior, **transclaro**, sempre com um fundo de engano, em seus ocultos fundamentos” (1.270). Por mais que se torne **transclaro**, no mundo, no real sempre há “um fundo de engano, em seus ocultos

fundamentos” (1.270). O que é isto? Ele não responde, mas será reiterado. Volta a questão do mundo, mas agora vista a partir da Casa – E de novo a ambigüidade. Se antes se refere aos “fundos perigosos do mundo” (1.247), agora, visto da Casa e a partir da Casa, “o tamanho do mundo se fazia maior, transclaro ...”(1.270). Antes se referiu ao agir prático como um caminhar de “transparência em transparência” (1.181). Mas agora vai muito mais longe porque já se despojara de tudo e então o mundo se fazia maior e “transclaro” (1.270). Quando algo é trans-claro? É impossível conceituar e apenas configura o enigma do mundo. Toda clareira é clareira de floresta, e esta é o que sempre se vela. Poderíamos dizer que o mundo para o cego Rei Édipo se tornou trans-claro? É o que parece indicar Sófocles na tragédia *Édipo em Colona*. O próprio Rosa está consciente do enigma com que se defronta e logo acrescenta: “transclaro, sempre com um fundo de engano, em seus ocultos fundamentos” (1.271). Como os fundamentos são ocultos, em nossa liminaridade sempre fica “um fundo de engano”. Mas os fundamentos são a **physis/ser**, que se oculta ao se desvelar velando-se. O fundo de engano é inerente à própria **physis** enquanto tende e ama ocultar-se.

Porém, no conto, indica muito claramente, o itinerário transitoriante de Man’Antônio em direção à montanha, ao trans-claro. E é uma decisão tão radical de caminhar para o cume da sua montanha que “Nada interrogava mais” (1.284). Isto porque, chegado à completude enfim do horizonte, já se move “de cume a cume” (1.285).

E então **deu-se**. Morreu. E então todo querer o poder da possibilidade de posse acabou: “**fez de conta**” (1.291). O destino está realizado no que diz respeito à caminhada do caminho. A liminaridade se resolve, se cumpre.

E então dá-se o extraordinário. Com ele dentro “à noitinha incendiou-se de repente a Casa, que desaparecia” (1. 308). E então Rosa indica como se resolveu a liminaridade. Man’Antônio, a Casa, a quadraginta escada, os estrumes dos currais, o jardim dos limoeiros, tudo arde. De tal maneira que o fogo e as faúlhas se derramam “por pirambeiras, gargantas e cavernas, como se, esplendidissimamente, tão vã e vagalhã, **sobre asas**, a montanha inteira ardesse” (1.317). É o ponto culminante da liminaridade se considerarmos que ela implica não só o ser humano mas tudo o que está em seu mundo, até porque não há realmente mundo sem ser humano nem este sem o mundo. E aí temos que destacar dois aspectos. A Casa está “suspensa – no pérvio” (1.195), entre as grotas profundas e a montanha sobre asas. Agora, o fogo que a consome desfaz esse “entre”, esse “pérvio” e tudo é tomado pelo fogo, como se “sobre asas a montanha toda ardesse” (1.318). Agora a montanha está **sobre asas**, as do **fogo**. Este como uma grande vaga toma toda a montanha. Como? “Esplendidissimamente”. É a eclosão total do extraordinário. É um fogo transfigurador que liberta. Finalmente a montanha e as asas encontram seu significado pleno. Mas não podemos esquecer que este fogo se originou em Man’Antônio, toma a Casa e a própria montanha, sendo um só fogo, aquele que é o próprio ser de Man’Antônio. Que fogo é esse? Não é um fogo e claridade normal e banal. O próprio Rosa o diz: “O que era luzência, a clara, incôgrua claridade, seu tétrico radiar, o qual traspassava a noite” (1.319). Quando sua esposa morreu, Rosa usa o mesmo adjetivo para se referir à claridade. É um adjetivo que num e noutro caso, ou

seja, no mesmo indica o estranho, o impróprio. E é estranho um tal fogo pois dele irradia um “tétrico radiar” (1.320). Tétrico diz o que é fúnebre, medonho, severo. Mas se é fúnebre como pode radiar? É um estranho portador de uma outra força e vigor. Por isso conclui Rosa: “traspassava a noite” (1.320). Ia além da noite e sua escuridão.

A liminaridade encontra no irromper do fogo, que ilumina, a sua plenitude, isto porque:

pensado como o puro iluminar, o fogo de mundo traz consigo não somente o claro, mas também o livre em que tudo brilha, mesmo o que se apresenta como contrário. Iluminar é, assim, mais do que só clarear, mais do que só liberar. Num pensamento que medita o sentido e numa reunião recolhedora, iluminar é conduzir algo para o livre, é conceder vigência (Heidegger, 2002: 244).

Man’Antônio – Nada e a nossa condição – faz do seu caminho um processo de realização total pelo qual o Nada da nossa condição se dá como “trans-luz” (1.86), “trans-parência” (1.182), “trans-claro” (1.270) e, finalmente, como uma “incôngrua claridade” (1.320). Numa tal claridade que está além dela mesma (trans-), ele encontra a sua vigência, porque o fogo da Casa, Linguagem do Ser, o lança livre na proximidade do Ser. Longe de ser a morte uma noite sem fim, é um iluminar que brotando do fogo da morte tras-passa a noite e concede vigência.

Tudo isso, porém, de maneira alguma faz esquecer que também pertencemos à mãe Terra. Por isso, consumido a cinzas “encaminhou-se, senhor, para a terra, gleba tumular, só” (1.326). É o ciclo de nossa transitoriedade, “como as conseqüências de mil atos, continuamente” (1.327). O que temos aqui bem claramente é o que já o pensador Heráclito dissera no fragmento 123: **physis kryptestai philei: a physis ama velar-se.** Pois a **physis/ser** é o sempre desvelar, “continuadamente” no fogo da clareira do livre aberto, que se vela e dá abrigo. E assim dá a vigência da proximidade, esta proximidade a alcançar que foi o projeto ético e poético de Man’Antônio, nosso. A liminaridade só é liminaridade porque vige iluminada pela proximidade do Ser. Então agir é amar.

VIII. A FAMÍLIA, OS OUTROS E O SAGRADO

Claro que ainda haveria outros, muitos outros aspectos a destacar no conto de Rosa e que são essenciais à nossa condição. Dois merecem destaque – ainda que breve. Eles formam um contraste. No primeiro trata-se de Man’Antônio e da família. Rosa de tudo faz motivo de alegria. Por isso ele e a família formam um todo harmônico e para expressá-lo usa a imagem da música. A presença da esposa Liduína (que significa?) fica como “já fina música e imagem” (1.83). E as filhas quando casam e partem são lembradas como “já indivisas partes de uma canção” (1.199). Pois o **logos/linguagem/poiesis** é a essência da música. A mulher encontra em Rosa uma integração com o homem que se dá como uma canção. Além disso destaca na mulher-mãe a sua ligação com a Terra, pois ele se vê interpelado pela filha Francisquinha (do

ecológico Francisco de Assis do Canto das Criaturas?) por modificar “a fisionomia daquelas rampas de serras, que a Mãe vira e quisera” (l.144).

A outra questão – complexa – diz respeito a dois aspectos. Em ambos se trata da reação dos “próximos” (l.231) seres humanos a seu modo de ser. Mesmo depois de lhes ter dado as terras, ainda os administrava de graça porque “queria que progredissem, e não se perdessem” (l.279). Pois ao receberem as terras eles não “fazem de conta” que têm, por isso possuem mas não são. E então a observação desconcertante em relação à nossa condição e à problemática relação com os outros: “Serviam-no ... Mas, de certo, milenar e animalmente, o odiavam” (l.281). No conto “O espelho”, depois de ir retirando as máscaras acaba encontrando em nossas camadas profundas e imemoriais nossa identificação com os animais: “Sem ver o que, em “meu” rosto, não passava de **reliquat bestial**”. Ele não separa o ser humano da aventura da vida, miticamente concebida como **dzoé**. Mas a que associar o ódio? Ele constata mas não teoriza, porque nossa identidade mais profunda é um mistério, como diz nesse mesmo conto: “**Você chegou a existir?**” (Rosa, 1967: 78). Rosa de maneira alguma idealiza a nossa condição e, por outro lado, jamais cai num positivismo naturalista rasteiro e superficial. Daí que assinala que, diante de Man’Antônio morto, algo radical desperta no ser humano: “temessem, com **sagrado espanto** e quase de não ciente ódio ... enormidade de males e absurdos castigos ... desabados sobre eles e seus filhos” (l.296). Este espanto diante do extraordinário, que é o sagrado, ainda aumenta ao verem a montanha transfigurada pelo fogo, “pedindo algo e nada, precisados de paz” (l.323).

Ser feliz depende da essência do agir. Foi o que vimos. Mas é bom observar que essa questão diz respeito a todo ser humano. Trazemos, para terminar, o testemunho do sábio chinês Chuang Tzu, dando o mesmo testemunho do pensamento do Oriente:

A não-ação do sábio não é a inação.

.....

Porque o vazio, o quieto, o tranqüilo,

O silêncio e a não-ação

São a razão de todas as coisas.

(Merton, 1996: 107).